

# A Fundação de Apoio e Mobilização Social (FAMFS), o esporte e a inclusão social

<http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509201800040483>

Renildo ROSSI JUNIOR\*  
Antonino PEREIRA\*\*  
Roselene de ALENCAR\*\*\*  
Mariana Santiago ROSSI\*\*\*\*  
Paulo Henrique AZEVÊDO\*\*\*\*\*

\*Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil.  
\*\*Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, Portugal.  
\*\*\*Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.  
\*\*\*\*Florida International University, Florida, FL, United States of America.  
\*\*\*\*\*Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

## Resumo

O entendimento de que o esporte favorece a inclusão social, pode ser visto em um grande número de projetos esportivos. Apesar disso, este constitui um fenômeno multifacetado e complexo, que carece de ser compreendido na sua contribuição real ou potencial para os processos de desenvolvimento da humanidade. Ante ao exposto, a presente investigação objetivou analisar e discutir os contributos da Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS), para a inclusão social no município de Feira de Santana, Estado da Bahia – Brasil, com ações relacionadas do esporte. O presente artigo justifica-se, ante a necessidade de estudos de impacto de projetos sociais nas comunidades, a partir da implementação de atividades esportivas. Para tanto, recorreremos ao método qualitativo, de base etnográfica. As fontes de coleta de dados utilizadas foram entrevistas, documentos (base institucional, impressa e eletrônica), e notas de campo provenientes das atividades de observação-participante.

A maioria dos resultados aponta que o projeto mais evidenciado envolveu a fabricação de materiais esportivos, através dos Programas "Pintando a Liberdade e Cidadania", beneficiando as crianças, os adolescentes, mas também as suas famílias. O principal parceiro da FAMFS, na dinamização dos vários projetos esportivos sociais foi o poder público. As estratégias utilizadas pela fundação para cooperação e diálogo intersetorial na dinamização dos seus projetos esportivos sociais, envolveu a formalização de convênios com o poder público, nos três níveis (municipal, estadual e federal). Em síntese, os dados evidenciam que as ações da FAMFS beneficiaram a inclusão social de crianças e adolescentes, e as suas famílias, com ações relacionadas ao esporte. Esta intervenção foi amplamente reconhecida e valorizada pelas autoridades públicas brasileiras e por diversas instituições nacionais e internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão social; Organização não-governamental; Etnografia; Solidariedade.

## Introdução

O entendimento de que o esporte favorece a inclusão social, pode ser visto em um grande número de projetos esportivos<sup>1,2</sup>. O esporte é um meio efetivo para a promoção da saúde, o desenvolvimento e a paz, favorecendo a inclusão da sociedade, entendimento

que está reiterado na nova agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável<sup>3</sup>.

O esporte, ao criar uma linguagem percebida por todos, poderá contribuir para a idealização de uma sociedade justa, igualitária e fraterna<sup>4</sup>. Contribui de

forma importante para a coesão econômica e social, propiciando uma maior integração na sociedade, promovendo o desenvolvimento das relações sociais, estimulando o contato entre países e cidadãos. Quando respeitados os princípios da ética, constitui-se como um espaço e uma ferramenta de inclusão social, de promoção da tolerância e do respeito pelo outro. É nesse sentido que se tem vindo a dar muita ênfase à promoção e divulgação de boas práticas de inclusão social no e pelo esporte<sup>5,6</sup>.

Apesar dos efeitos positivos sobre a inclusão social, este não deve ser definido apenas com base nesse parâmetro, mas como um fenômeno multifacetado e complexo que necessita ser mais bem investigado nas suas diversas vertentes e dimensões<sup>7,8,9</sup>, e sua contribuição real ou potencial para os processos de desenvolvimento da humanidade<sup>10</sup>.

De acordo com MARIVOET<sup>5,6</sup>, por inclusão social no esporte entende-se a existência de igualdade de oportunidades de todos no acesso à prática esportiva, sem qualquer discriminação de ordem social, étnica, religiosa, deficiência, gênero, classe social ou outra. Por sua vez, a inclusão social através do esporte refere-se ao desenvolvimento de pessoal, social e motor, em que as boas práticas são destinadas a promover o esporte na sua vertente formativa, o que significa privilegiar os valores e princípios éticos associados ao esporte em crianças e jovens em meio escolar e, em particular, junto de grupos vulneráveis, como crianças e jovens inseridas em famílias mais desfavorecidas, ou pertencentes a minorias étnicas e/ou emigrantes.

Nos últimos anos, na sequência de documentos (exemplo: Livro Branco do Desporto<sup>11</sup>) e vários estudos (como por exemplo: *European Commission: DG Education & Culture*<sup>12</sup>, 2004; *European Union Agency for Fundamental Rights*<sup>13</sup>, 2010), vários países europeus, quer individualmente, quer em conjunto, têm vindo a desenvolver projetos de grande dimensão de inclusão social no e pelo esporte, nomeadamente ao nível de ações de sensibilização, divulgação de conhecimentos e trocas de experiências.

A Constituição Federal do Brasil (1988), instituiu o arcabouço jurídico que permitiu a consolidação do regime democrático. Nessa trajetória, ampliou-se o envolvimento dos atores sociais nos processos de decisão e implementação das políticas sociais, respondendo às demandas em torno da descentralização e da democratização do Estado brasileiro<sup>14</sup>.

Nos termos do Art.º 217, “É dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não formais, como direito de cada um”, sendo, portanto, o esporte

reconhecido como direito social<sup>15</sup>. Ao mesmo tempo, assim como em outras áreas de política pública, de acordo com as definições legais, a gestão dessa política passa a ser efetivada por um sistema descentralizado e participativo, cabendo aos municípios uma parcela significativa de responsabilidade na sua formulação e execução<sup>16</sup>.

O Ministério do Esporte é o responsável por construir uma Política Nacional de Esporte<sup>17</sup> e propiciar uma gestão democrática, com o estabelecimento de parceria com as comunidades esportivas, esferas municipal, regional e federal, universidades, associações e sociedade em geral. A diversificação dos recursos é imprescindível para desenvolver os programas esportivos sociais do governo federal e alcançar os objetivos propostos. Tais ações visam a inclusão de diferentes grupos sociais, mediante as três principais formas de intervenções do esporte, quais sejam: educacional, de participação e de alto rendimento<sup>18</sup>.

No entanto, é grande o abismo entre os preceitos legais/teóricos e a prática da inclusão; entre o direito que é assegurado em lei e o que, de fato, é proporcionado; o desafio atual do Estado é realizar políticas que possibilitem a efetivação desse direito para todos<sup>19-21</sup>, com o intuito de facilitar o acesso ao esporte e lazer de inclusão social. Em outras palavras, poucos estudos têm sido reportados na literatura<sup>22-28</sup>.

Está em expansão um novo espaço de atuação do profissional de Educação Física: as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que, entre outros eixos, trabalham com projetos esportivos sociais voltados para crianças e adolescentes<sup>29</sup>.

Sendo assim, o presente estudo se propõe a investigar a inclusão social através dos projetos esportivos sociais dinamizados pela Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social - FAMFS, no município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Do ponto de vista de FALCONER<sup>30</sup>, há aspectos obscuros e um intenso debate ideológico sobre a relação entre os três setores (público, privado e sem fins lucrativos), que não conta com o necessário suporte de fatos documentados, justificando a necessidade de pesquisas no terceiro setor, e sobre as relações intersetoriais. Dessa forma, a relevância da pesquisa é inquestionável dentro da perspectiva da importância das entidades sem fins lucrativos no Estado pós-moderno, no qual se consagra a intervenção mínima deste na vida dos cidadãos, que foram instados a assumirem funções de responsabilidade social, em decorrência dos novos paradigmas de deveres perante a sociedade,

para garantir o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado na Constituição Federal<sup>31</sup>.

A mobilização intersetorial objetiva a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando ao desenvolvimento social, superando a exclusão social. A proposta é fazer com que as ações intersetoriais possibilitem impactar a qualidade de vida dos diversos segmentos sociais da cidade através de um desenvolvimento sustentável<sup>32</sup>.

Considerando-se o aumento de projetos sociais e o papel que os mesmos têm exercido no contexto brasileiro, estudos são necessários no sentido de avaliar o seu papel, e melhor compreendê-los<sup>33</sup>, gerando subsídios para o desenvolvimento de propostas que possam de fato atender as demandas da sociedade como um todo e, mais especificamente, as necessidades de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

O presente estudo justifica-se também pela necessidade de refletir criticamente sobre novas

pesquisas de impacto de projetos sociais nas comunidades a partir da implementação de atividades esportivas e de lazer<sup>34</sup>.

Por outro lado, é uma investigação pertinente já que ao nível das políticas esportivas, encontramos orientações estratégicas com o objetivo de promover a inclusão social através da criação e do desenvolvimento de projetos. No campo acadêmico, a temática da inclusão social através do esporte é ainda bastante marginal quando comparada com outras áreas de interesse dos investigadores das dimensões sociais do esporte<sup>5</sup>. Assim, e de acordo com MARIVOET<sup>6</sup>, esta temática constitui um novo campo de pesquisa na ciência do esporte. A busca de abordagens sociais, e conceitos teóricos, e os princípios explicativos dos processos sociais, são importantes para uma melhor compreensão dos fatos em análise, o que poderá contribuir para o conhecimento de projetos em curso, bem como para a avaliação dos resultados alcançados e, assim, poder influenciar positivamente projetos a realizar no futuro.

## Método

A presente investigação optou por um estudo de caso, o que permitiu realizar uma análise profunda, detalhada e exaustiva de uma organização, de modo a permitir o seu conhecimento amplo e minucioso<sup>35,36</sup>. Dessa maneira, trata-se de uma pesquisa transdisciplinar, que tem em conta a colaboração dos diversos olhares, dando maior importância ao processo do que ao produto, à compreensão e à interpretação. Fizemos uso da metodologia qualitativa de base etnográfica<sup>37,38</sup>, com o intuito de traçar um panorama e analisar a atuação da referida instituição.

Para uma análise crítica no domínio do alcance das metas relacionadas aos jovens em situação de risco pessoal e social, se faz necessário investigar o que não está explicitado, considerando os vários aspectos para uma compreensão mais ampla dessa problemática<sup>39</sup>. Assim, a investigação deve contemplar desde espaços físicos destinados ao atendimento aos adolescentes, a relatos de profissionais e pessoas locais, possibilitando a triangulação de dados e o tensionamento entre o dito e o feito, correlacionando as políticas públicas às práticas cotidianas.

O *locus* de investigação deste estudo foi a Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS), com sede no município de Feira de Santana, Estado da Bahia - Brasil. Constituída em 1990, a missão

primordial da FAMFS centra-se no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social. Desenvolveu programas sociais do Governo Federal relevantes, a exemplo do “Programa Esporte Solidário” e “Programa Segundo Tempo” (atendendo a quase 300 mil crianças e adolescentes de 134 cidades do Estado da Bahia); Programa “Pintando a Liberdade/Cidadania” (gerou 15 mil empregos e renda para pessoas de comunidades carentes, internos da “Fazenda do Menor” e do Complexo Penitenciário Regional, fabricando mais de 3.000.000 (três milhões) de materiais esportivos). O trabalho realizado foi amplamente reconhecido sendo-lhe atribuído alguns galardões, entre os quais salientam dois: o *Top of Quality*, concedido pela Ordem dos Parlamentares do Brasil (2009), enquanto destaque no segmento organização não governamental, e o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, promovido pelo Ministério do Esporte, na categoria Relato de Experiência da Região Nordeste<sup>40</sup>.

As fontes de coleta de dados utilizadas foram as seguintes: a) documentos: base institucional de 3.372 páginas (entre 1989 e 2011) e base eletrônica de 1.697 páginas (entre 1995 e 2013); b) observação-participante (entre 2011 e 2013) em reuniões diretivas, administrativas e reuniões do conselho curador, fiscal e

diretor da entidade; viagens nacionais e internacionais e ações do programa; c) entrevistas semiestruturadas com 27 informantes-chaves, envolvendo membros (antigos e/ou atuais) da diretoria, técnicos e beneficiários do programa. Metodologicamente, a utilização de três fontes de coleta de dados justificase por elevar, de forma significativa, a qualidade dos dados e a acurácia da descoberta etnográfica<sup>41,42</sup>.

Para a realização da presente investigação, que está relacionada a uma tese de doutorado<sup>43</sup> defendida em Portugal, validada no Brasil em 2017, junto ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo (EEFE/USP), foi necessária a autorização da presidência da FAMFS. Assim, buscou-se fornecer informações aos entrevistados informantes-chaves, garantindo a compreensão dos objetivos da pesquisa, sendo a sua participação voluntária registrada em termo de consentimento livre e esclarecido.

A construção da primeira versão dos roteiros de entrevistas (diretores, técnicos e beneficiários) teve em conta a análise bibliográfica relacionada com a temática<sup>44-48</sup>, e objetivos do estudo. Depois de

elaborados, os instrumentos de entrevista foram submetidos a um corpo de peritos de âmbito internacional, com a finalidade de obter validação.

Seguiu-se a realização de entrevista piloto. Tendo por base as reflexões decorrentes da análise das mesmas, elaborou-se novas versões dos roteiros de entrevista, as quais foram novamente submetidas aos peritos. Desta última análise resultaram as versões finais dos mesmos.

Após a transcrição das entrevistas, iniciou-se a análise dos dados de toda a documentação que resultou das 3 fontes de coleta de dados utilizadas.

A técnica de análise de dados utilizada foi a Análise de Conteúdo<sup>49</sup>, a qual consiste na “leitura detalhada de todo o material transcrito, na identificação de palavras e conjunto de palavras que tenham sentido para a pesquisa, assim como na classificação em categorias ou temas que tenham semelhança quanto ao critério sintático ou semântico<sup>50</sup>”. A análise dos dados coletados teve em conta o contexto em que os mesmos foram produzidos. As categorias de análise de todos os dados foram elaboradas *a priori*<sup>41</sup> e ajustadas a partir das categorias nativas.

## Resultados e Discussão

O presente estudo objetivou analisar e discutir qual o contributo da Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS) para a inclusão social no município de Feira de Santana, Estado da Bahia - Brasil. Passamos agora à análise dos dados obtidos através das entrevistas, documentos (base institucional, impressa e eletrônica), e notas de campo provenientes das atividades de observação-participante. A análise dos dados coletados teve em conta o contexto em que foram produzidos. Iremos apresentar os quadros nos quais estarão referenciadas as categorias, subcategorias e suas frequências.

Foram abordados os seguintes itens: 1) Ações; 2) Período de realização; 3) Beneficiários; 4) Parceiros envolvidos; e 5) Tipos de apoio dos respectivos parceiros, desde o surgimento da FAMFS (1990), aos dias atuais (2016). Ao final, verificou-se o nível de cooperação e diálogo existente entre as diferentes instâncias de gestão política esportiva local, regional, nacional e internacional, buscando dialogar os achados com as evidências da literatura científica.

Faremos também a análise e interpretação dos resultados obtidos estabelecendo uma relação com a bibliografia pesquisada.

### Caracterização dos projetos: nomeando as ações

Uma das primeiras preocupações do estudo foi conhecer quais os projetos esportivos desenvolvidos pela instituição. O mais evidenciado (QUADRO 1) envolveu a fabricação de materiais esportivos, através do Programa “Pintando a Liberdade”, “Pintando a Esperança” e “Pintando a Cidadania”. Seguidamente, observou-se o “Esporte Solidário” e o Programa “Segundo Tempo” como projetos esportivos sociais que democratizaram o acesso ao esporte, no contra turno escolar. Outros dados apontam a “Escola de Formação de Atletas” e o “Astro” em representações internacionais, na participação de torneios representando o Brasil no exterior.

O Programa “Pintando a Liberdade” (2001/2011) visa promover a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário, por meio da fabricação de materiais esportivos. Além da profissionalização, os detentos reduzem um dia da pena para cada três dias trabalhados, e recebem salário de acordo com a produção.

O Programa “Pintando a Cidadania” (2002/2011) objetiva a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e o ingresso dos mesmos no

mercado de trabalho. O material feito nas fábricas dos dois programas (bolas, bolsas, redes, camisetas, bonés e bandeiras) é utilizado pelo Ministério do Esporte para a distribuição em núcleos dos programas nacionais, em escolas e entidades sociais de todo o país e do exterior.

O Programa “Esporte Solidário” (1995/2002) foi uma ação desenvolvida em regiões de reconhecida vulnerabilidade social. O esporte passou a receber ênfase enquanto instrumento auxiliar no processo de desenvolvimento integral do ser, além de favorecer a construção da cidadania.

O Programa “Segundo Tempo” (2003/2008), com o objetivo de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e

melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

A “Escola de Formação de Atletas EFA – FAMFS – ASTRO” (1996/2009) – surgiu com o objetivo de direcionar crianças e adolescentes que se destacam nos núcleos esportivos da FAMFS, visando o desenvolvimento de atletas cidadãos, participantes do ASTRO, nas representações oficiais da fundação nos torneios municipais, estaduais e internacionais, favorecendo a inclusão social pelo esporte<sup>5,6</sup>.

A “Associação Desportiva Comunitária ADC ASTRO” (1978/2013) - fundada em 15 de agosto, de 1978, no bairro dos Eucaliptos, parte sul da cidade de Feira de Santana, a partir de 1996 tornou-se representação oficial da FAMFS em torneios esportivos.

QUADRO 1 – Caracterização dos projetos: nomeando-se as ações

Subcategorias	Nº frequência
Produção de materiais esportivos	21
Esporte Solidário e Segundo Tempo	18
Escola de Formação de Atletas EFA, Astro em Representações internacionais	18
Outras	11

A opinião dos entrevistados é visível através das seguintes falas:

“[...] tinha que direcionar a criança e adolescente para o mercado de trabalho, e a Associação Desportiva Comunitária ASTRO, filiada a Confederação Baiana de Futebol, oferecia as condições dos atletas estarem federados e legalmente habilitados ao mercado de trabalho [...]”. (D1)

“[...] Nenhum clube do mundo fez uma preliminar de Copa do Mundo [...] nós fizemos contra a seleção francesa na preliminar de Brasil e Holanda [...] algo inesquecível pra todos que estiveram participando [...] e outras viagens para os Estados Unidos, Argentina, Itália [...]”. (D1)

“[...] em 2006, fui para a Alemanha na Copa do Mundo, a gente foi representar o Brasil [...] em 2007, a viagem para a Suíça, onde nós fomos vice-campeões, encontramos os colegas das outras seleções que já conheciam a gente [...]”. (B1)

Durante o período do estudo, (no âmbito da observação participante) observou-se um projeto de renovação do Programa “Segundo Tempo” em Feira de Santana, e outros municípios no Estado da Bahia – prevendo o atendimento de 8.000 crianças e

adolescentes através de práticas esportivas educacionais. O projeto foi aprovado em 10 de outubro de 2011 – conforme a lista das 612 entidades selecionadas, e divulgada pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. A FAMFS ficou entre as ONGS classificadas, mas o recurso não foi liberado, uma vez que coincidiu com o período da suspensão dos convênios do governo federal com as organizações não governamentais.

Tendo em conta a base documental, com a implantação do Programa “Esporte Solidário” (1995), do Ministério Extraordinário dos Esportes, possibilitou-se a criação do “Projeto Novo Rumo”, atendendo cerca de 6.000 (seis mil) crianças e adolescentes, em 35 núcleos, com a proposta de educar através do esporte. A FAMFS passou a contribuir na geração de emprego e renda em Feira de Santana, viabilizando novas perspectivas de vida às crianças e aos adolescentes, nas variantes de atividades oferecidas. Relatórios analisados indicam que este programa contribuiu de forma objetiva no exercício pleno da cidadania, que na concepção atual encerra elementos como a participação política, desenvolvimento da autonomia, solidariedade, distribuição de renda e acesso às vantagens sociais, resgatando o direito de participação e integração.

O “Programa Esporte Solidário” passou a ser visto como suporte filosófico que norteou as ações do “Projeto Novo Rumo”, atreladas aos princípios da educação básica (Relatório Projeto Novo Rumo, 2000).

Conforme demonstrado acima e de acordo com o quanto exposto na literatura, o esporte representa uma importante indústria na geração de emprego, renda e envolvimento de diferentes esferas da sociedade<sup>51</sup>. Organismos internacionais apresentam-no enquanto componente significativo das metas para o desenvolvimento das Nações Unidas<sup>52</sup>, em particular os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, contudo no campo acadêmico, a temática da inclusão social através do esporte é ainda bastante marginal quando comparada com outras áreas de interesse dos investigadores das dimensões sociais do esporte<sup>5</sup>. Por outro lado, e de acordo com MARIVOET<sup>6</sup>, esta temática constitui um novo campo de pesquisa na ciência do esporte. A busca de abordagens sociais, e conceitos teóricos, e os princípios explicativos dos processos sociais, são importantes para uma melhor compreensão dos fatos em análise, o que poderá contribuir para o conhecimento de projetos em curso, bem como para a avaliação dos resultados alcançados e, assim, poder influenciar positivamente projetos a realizar no futuro.

Também, conforme descreve KELLY<sup>53</sup>, há entusiasmo internacional e um compromisso bem estabelecido nas políticas nacional e internacional de esportes para promoverem a participação social e a ideia de que o esporte pode ser usado para promover a ‘inclusão social’. As potencialidades do esporte como

estratégia de inclusão social, na instituição prisional, parecem ser enormes, “contudo será prudente aproveitá-las como contributos modestos, como possibilidades que carecem de ser experimentadas<sup>54</sup>”. Em tais circunstâncias, o indicador de reincidência<sup>55</sup> é um dos possíveis determinantes de efetividade das ações, entendido enquanto capacidade de transformação e mudança social<sup>56</sup>.

### Caracterização dos projetos: período de realização

Depois de identificados os projetos desenvolvidos, procuramos também conhecer os períodos da sua concretização.

No domínio da produção de materiais esportivos provenientes do convênio com o governo federal, através do Ministério do Esporte, os achados apontam o início em 2001 e interrupção em 2011. Assim, o “Esporte Solidário” e o Programa “Segundo Tempo” tiveram início e término em 1995/2002, e 2003/2009, respectivamente (QUADRO 2).

Os convênios possibilitaram apoio técnico e financeiro no fomento à prática do esporte, por meio da produção e à distribuição gratuita de materiais esportivos, através da mão de obra de pessoas inseridas em comunidades reconhecidamente carentes, detentos do sistema penal brasileiro e internos da Fazenda do Menor. Ainda, viabilizou a realização de eventos, participação em torneios internacionais, produção de placas de piso sintético para pista de atletismo; com renovações continuadas, e aumentos progressivos no número de beneficiários, e/ou metas de produção de materiais esportivos.

QUADRO 2 – Caracterização dos projetos: período de realização

Subcategorias	Nº frequência
Produção de materiais esportivos (2001/2011)	07
Esporte Solidário e Segundo Tempo (1995/2002 ; 2003/2009)	08
Outras	06

### Caracterização dos projetos: beneficiários

Os dados apontam as crianças e os adolescentes, incluindo as famílias, como os principais beneficiários dos projetos esportivos sociais da fundação (QUADRO 3).

Os discursos de alguns entrevistados confirmam essas subcategorias analíticas:

“[...] Antes de mais nada, ao adolescente, à criança, através da escola, do ensino regular, né? [...] Meninos de rua, carentes mesmo, as famílias dessas crianças e desses adolescentes [...]”. (D6)

“[...] Segundo Tempo, as crianças e adolescentes [...] Do Pintando a Liberdade, é a comunidade carente, Aviário e outros bairros [...]”. (D2)

“[...] As pessoas carentes, sem profissão, sem nada [...]. Na fábrica de piso eu cadastrei todo mundo como operador de máquinas [...]”. (T1)

Observa-se que as ações da fundação envolveram crianças e adolescentes, incluindo aquelas com

necessidades especiais, em atividades educativas, profissionalizantes, gerando emprego e renda a pessoas em situação de risco pessoal e social, com igualdade de oportunidade de todos no acesso às práticas esportivas, bem como a promoção do esporte na sua vertente formativa, propiciando a inclusão no esporte e pelo esporte<sup>5,6</sup>. Os projetos beneficiaram não apenas o município de Feira de Santana, mas dezenas de municípios do Estado da Bahia, sobretudo, produzindo e distribuindo materiais esportivos.

QUADRO 3 – Caracterização dos projetos: beneficiários

Subcategorias	Nº frequência
Crianças e adolescentes	23
Família dessas crianças	19
Outras	03

O relatório de execução (2007/2008) do “Programa Segundo Tempo”, apresentou o atendimento de 58.000 (cinquenta e oito mil) crianças e adolescentes, em 137 cidades do Estado. Desses, 40.000 eram praticantes do futebol. A ação contou com a parceria do Ministério do Esporte e Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE. Na época, a organização realizou uma seleção de talentos, que representou o Brasil em um evento de futebol de rua na cidade de Basileia (Suíça). Durante treze anos de trajetória com o Ministério do Esporte, a FAMFS teve um custo médio de R\$ 7,42 (sete reais e quarenta e dois centavos) por criança atendida mensalmente, oferecendo reforço escolar e alimentar, esporte e lazer.

Estudo realizado por MACHADO<sup>57</sup>, acerca do estado nutricional dos escolares da 1ª a 4ª série do ensino fundamental acompanhados pela FAMFS, no município de Feira de Santana, identificou que existia nessa população a presença de desnutrição crônica, em que todas as crianças eram provenientes de famílias de nível socioeconômico baixo, portanto, possivelmente em condições ambientais desfavoráveis. Os resultados do referido indicaram que esta população é passível de intervenções nutricionais que podem auxiliá-las a garantir o seu potencial de crescimento.

Preocupada com a alimentação oferecida aos participantes do Programa “Segundo Tempo”, a FAMFS buscou estudos para produzir o “Energético

Fortificado FAMFS: o alimento para toda hora”, junto com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP. Assim, foi firmado convênio para a prestação de serviços técnicos especializados, na área de assessoria, produção e desenvolvimento de alimentos, enriquecimento de biscoitos energéticos derivados da farinha de mandioca produzidos pela FAMFS, com micronutrientes e minerais, conforme recomendações da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para alimentos enriquecidos.

Os resultados encontrados remetem-nos ao ponto de vista de RIDGE<sup>58</sup>, no que pese ao entendimento de que a participação é um princípio fundamental da inclusão social. Neste caso, para as crianças que são pobres, o acesso a recursos adequados e oportunidades para participação social são preocupações significativas, o que se confirma nas evidências do presente estudo de caso.

#### Caracterização dos projetos: parceiros

De acordo com o QUADRO 4, a FAMFS estabeleceu parcerias com o poder público, a sociedade civil organizada, organismos internacionais e universidades.

Isso ficou evidente nos depoimentos dos informantes-chave:

“[...] Governo Municipal, através das secretarias municipais de desenvolvimento social [...] O Governo do Estado, através da SECOMP,

FUNDAC, SETRE [...] E o Governo Federal, através do Ministério do Esporte e MDS [...]”. (B2)  
 “[...] O parceiro maior foi o Governo do Estado, no período que teve [...]. O Governo Federal, através do Ministério do Esporte [...] Esses foram os principais parceiros, mas, tiveram universidades, várias instituições no Brasil inteiro [...] E internacional [...]”. (D5)  
 “[...] A sociedade civil organizada [...] Essa foi a proposta inicial da Fundação de Apoio ao Menor, né? [...]”. (D7)

Os achados refletem as mudanças que vêm ocorrendo no aparato estatal, quais sejam, a descentralização e transferência da gestão das políticas sociais para as instâncias mais periféricas do poder e para entes públicos, privados, com o objetivo de garantir à população os seus direitos sociais<sup>32</sup>. Efetivamente, a articulação intersetorial merece ser mais investigada, o que pretende ser um dos contributos do presente estudo, quando investigado o *modus operandum* do caso analisado.

QUADRO 4 – Caracterização dos projetos: parceiros

Subcategorias	Nº frequência
Poder público	41
Sociedade civil organizada	08
Organismos internacionais e universidades	06
Outras	07

Programas destinados a alcançar populações específicas (denominadas de ‘carentes’, ‘em risco’, ‘desafeto’), servem ao propósito de desenvolvimento do esporte, aumentando a diversidade dos participantes. Isso contribui para o esporte porque alcança as pessoas que, por uma razão ou outra, não receberam as mesmas oportunidades de participação que outras. Logo, a prestação equitativa de bens sociais, como o esporte, é uma questão importante para o financiamento dos programas de governo<sup>44</sup>.

**Caracterização dos projetos: tipos de apoio**

De acordo com o QUADRO 5, os achados evidenciaram porquanto principal apoio da fundação

na dinamização dos seus projetos esportivos sociais, aquele advindo do poder público. Para além disso, outros dados referiram ao apoio institucional, técnico e sob a forma de capacitação, ao apoio financeiro advindo do poder público.

Algumas falas dos entrevistados evidenciam esses resultados:

“[...] A FUNDAC tentou dispensar todo apoio que a FAMFS precisava [...]. Também, a FUNDAC, recebeu todo o apoio que precisava da FAMFS [...]”. (D6)

“[...] Financeiro, capacitação, fiscalização, acompanhamento [...]. Como se fosse um órgão fiscalizador, né? [...]. Estava sempre presente [...]”. (D4)

QUADRO 5 – Caracterização dos projetos: tipos de apoio

Subcategorias	Nº frequência
Poder público	12
Institucional, Técnico e Capacitação	06
Financeiro	05
Outras	04

As ações da FAMFS foram financiadas, majoritariamente, pelo governo federal, através do Ministério do Esporte. Além disso, verificou-se convênios estaduais, articulados a essas ações federais,

principalmente por intermédio da Secretaria de Trabalho e Ação Social – SETRAS, a Secretaria de Combate à Pobreza – SECOMP, a Superintendência dos Esportes do Estado da Bahia – SUDESB e a



Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC. Na mesma perspectiva, houve participação do município de Feira de Santana.

Os convênios com a Prefeitura de Feira de Santana apoiaram tecnicamente e financeiramente o: atendimento a crianças e adolescentes em regime de abrigo; participação de atletas em eventos; complementação na construção do complexo esportivo da Fazenda do Menor; oferecimento de cursos profissionalizantes; filmagem; realização dos II Jogos de Cidadania (Copa Bairros e Copa Distrital); realização da XVI Olimpíada Nacional das APAE's; incentivo ao esporte amador, na realização do II JEFS Jogos Estudantis de Feira de Santana; realização da II Olimpíada Estudantil do Novo Milênio; confecção de camisas para alunos de escolas públicas municipais; instalação e manutenção do “Projeto Expandindo Capoeira Terapia”.

Pode-se apontar, subsidiando-se no ponto de vista de SILVA et al.<sup>34</sup>, que a interação universidade-empresa-governo é cada vez mais a base estratégica para o desenvolvimento econômico e social nas sociedades industriais desenvolvidas, e também naquelas em desenvolvimento. Em síntese, é na dinâmica da relação entre o Estado e a sociedade civil que o capital social se desenvolve. Daí a importância de novas sinergias entre o público e o privado, a sociedade e o Estado, num esforço articulado entre eles.

No dia 11 de novembro de 2014 a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia aprovou o Projeto

de Lei que autorizou a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC) a doar à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB o terreno para a construção do seu campus em Feira de Santana. O terreno com área de 33,285 (trinta e três mil duzentos e oitenta e cinco) hectares, denominado Fazenda do Menor, de propriedade do Estado, fica localizado no bairro do Aviário, previu ao processo de ampliação da oferta de cursos de Graduação e acesso ao ensino superior no interior do estado. Apesar dos esforços para a concretização, esta ação não logrou êxito. O argumento de proximidade com o presídio, não foi obstáculo para a construção de condomínios residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, elevando o número de habitantes, do já populoso bairro do Aviário em mais de 10.000 pessoas.

### **Estratégias: cooperação e diálogo**

As estratégias utilizadas pela fundação para a cooperação e diálogo intersetorial na dinamização dos seus projetos esportivos sociais, envolveu a formalização de convênios com o poder público, nos três níveis (municipal, estadual e federal). Por outro lado, o que se pode interpretar é que ficou evidenciada a solução de continuidade, decorrente da suspensão nacional dos convênios do governo federal com as ONGs no Brasil (QUADRO 6).

QUADRO 6 – Estratégias de cooperação e diálogo

<b>Subcategorias</b>	<b>Nº frequência</b>
Formalização de convênios com o poder público	22
Solução de continuidade e suspensão nacional	19
Outras	01

Na opinião dos entrevistados:

“[...] Nas esferas de governo, nesse processo político de mudanças, ocorrem períodos em que as políticas de gestão sofrem algum tipo de solução de continuidade [...]”. (D7)

“[...] A FAMFS é referência no Ministério do Esporte [...]”. (D2)

“[...] Ao longo dos 22 anos houve um diálogo bastante salutar, efetivo [...]”. (D6)

“[...] A FAMFS deixou um legado [...]”. (T3)

Tal como exposto por FALCONER<sup>30</sup>, há aspectos obscuros e um intenso debate ideológico sobre a relação entre os três setores (público, privado e sem fins lucrativos), que não conta com o necessário suporte de fatos documentados, justificando a necessidade de pesquisas no terceiro setor, e sobre as relações intersetoriais.

A partir dos documentos analisados, é possível apontar que a FAMFS foi destaque de organização não governamental nos relatórios de auditoria do Ministério do Esporte (2003, 2004, 2005, 2006,

2007, 2008, 2009 e 2010), incluindo a superação na produção, inovação em resultados e desempenho da entidade na utilização do recurso público.

O esporte de alto rendimento contribuiu para a inclusão social<sup>2</sup>. Fruto da experiência em participação na Escola de Formação de Atletas ADC Astro da FAMFS, Anderson (Talisca) vem sendo o responsável pelo incremento de diversos projetos no Astro após sua venda em 2014 para o time de Portugal, Sport Lisboa e Benfica. O Astro recebeu cerca de R\$ 1 milhão por ser um dos formadores do jogador e investiu a quantia em melhorias na sua estrutura, idealizando o projeto “Nascer mil Taliscas”, com a finalidade de investir no futebol de base e formalizar parceria internacional.

A necessidade de criação de projetos sociais só existe porque o Estado não está cumprindo com as suas obrigações de atender, de forma permanente e efetiva, às necessidades da população. Desse modo, tem transferido para a sociedade civil a responsabilidade de cuidar dos seus, através de projetos e programas que, muitas vezes, não têm continuidade e nem o compromisso de preparar a comunidade para a transformação de sua realidade<sup>59</sup>.

Consubstanciado no artigo 217 da Constituição Federal (CF/88<sup>15</sup>), esta pesquisa teve como objetivo central analisar o contributo da FAMFS na efetivação do direito da criança e do adolescente ao esporte em Feira de Santana, Estado da Bahia, a partir de uma metodologia qualitativa, de base etnográfica, conjugado com a análise documental.

O projeto mais evidenciado envolveu a fabricação de materiais esportivos, através dos Programas “Pintando a Liberdade e Cidadania”, do Governo Federal. Seguidamente, identificou-se o “Esporte Solidário” e o Programa “Segundo Tempo” como projetos esportivos sociais que democratizaram o acesso ao esporte, no contraturno escolar. Outros dados relacionaram-se “Escola de Formação de Atletas” e o “Astro” em representações internacionais, na participação de torneios representando o Brasil, no exterior.

Tendo como principais beneficiários dos projetos esportivos sociais da fundação as crianças e os adolescentes, mas também as suas famílias, o principal parceiro da FAMFS, na dinamização dos vários projetos esportivos sociais, desde a sua institucionalização, foi o poder público, mas também envolveu o engajamento da sociedade civil organizada, organismos internacionais e universidades.

Pode-se apontar que, diversas foram as formas de apoio advindo do poder público, incluindo o financiamento dos projetos, ao apoio institucional, técnico e sob a forma de capacitação. Portanto, a estratégia utilizada pela fundação para cooperação e diálogo intersectorial na dinamização dos seus projetos esportivos sociais, envolveu a formalização de convênios com o poder público, nos três níveis (municipal, estadual e federal).

Tendo como público-alvo principal as crianças e os adolescentes, mas também as suas famílias, os projetos esportivos sociais desenvolvidos pela fundação ao longo desses possibilitaram oportunidades vida aos mais carenciados. Para tanto, foram estabelecidos convênios com os poderes públicos (federal, estadual e municipal), tendo como principais resultados a profissionalização e inserção profissional. A capacidade de mobilização social emergiu como sendo a principal razão do sucesso do esporte dinamizado pela FAMFS.

Este estudo analisou o contributo de uma instituição, a FAMFS, que durante vários anos desenvolveu numerosos projetos no âmbito da inclusão social através do esporte. A sua intervenção foi amplamente reconhecida e valorizada pelas autoridades públicas brasileiras e por diversas instituições nacionais e internacionais.

A FAMFS, que já atendeu a milhares de crianças em diversas cidades do Estado da Bahia, ainda se mantém em atividade, mesmo sem incentivo de políticas públicas, através da atuação de profissionais voluntários, abnegados, esperançosos e conscientes da importância do esporte como agente de transformação social, que atuam diretamente no meio ambiente em que os beneficiários estão inseridos.

Tal como exposto no presente artigo, está em expansão um novo espaço de atuação do profissional de Educação Física: as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que, entre outros eixos, trabalham com projetos esportivos sociais voltados para crianças e adolescentes<sup>29</sup>. Contudo, o esporte é um fenômeno complexo<sup>8,9</sup>, que carece de ser compreendido na sua contribuição real ou potencial para os processos de desenvolvimento da humanidade<sup>10</sup>.

Em termos de limitações do estudo, o fato do pesquisador colaborar com a FAMFS desde 2004, na condição de coordenador de projetos e consultor organizacional, embora tenha facilitado o acesso à base de dados da Instituição, e tenha estabelecido um ambiente favorável na fase da observação participante,

exigiu profunda vigilância epistemológica, baseada nos parâmetros teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, de base etnográfica, no sentido de reduzir ao máximo o viés dessa relação.

Conquanto pesquisas quantitativas sejam importantes e necessárias, muitos aspectos da vida pessoal e profissional não podem ser explicados através de números. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador serve-se de instrumentos para coleta de dados. Assim, a abordagem que propomos no presente estudo, parece-nos inteiramente legítima e adequada, uma vez que buscamos reconstruir o

contexto no qual foram construídos os textos de cada ator social participante, o que permitiu que a análise fosse realizada, tendo esse contexto como referência.

Finalmente, cabe destacar a necessidade de novas investigações com o objetivo de refletir criticamente sobre o impacto desses projetos sociais nas comunidades a partir da implantação de atividades esportivas e de lazer<sup>34</sup>, de forma a possibilitar avanços no conhecimento de intervenções em curso, bem como a avaliação de resultados alcançados e, assim, influenciar positivamente outros projetos.

## Abstract

### The Foundation of Social Support and Mobilization FAMFS, sport and social inclusion

In recent years, we have witnessed the promotion of social inclusion through sports. Nevertheless, studies focused on this theme are still scarce. Thus, this article was intended to analyze how the "Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social" (FAMFS) helped enhance the right of children and adolescents to play sports in the city of Feira de Santana, State of Bahia - Brazil. The option to study this institution is justified for it is widely recognized and valued by Brazilian public authorities and by various national and international institutions. To do so, we used a qualitative and ethnographic research method. The data sources utilized were interviews, documents (institutional, print, and electronic basis), and participant observation. Content Analysis was the data analysis technique utilized. Most of the results shows that the manufacture of sporting goods was highly evidenced through the Ministry of Sports' projects named "Pintando a Liberdade e Cidadania", which benefits children and adolescents as well as their families. The government has been this institution's main partner in improving various social sport projects since its foundation. The strategies this organization used for cooperation and dialogue in social sport projects involved the formalization of agreements with institutions in municipal, provincial, and federal government levels.

KEYWORDS: Social inclusion; Non-governmental organization; Ethnography; Solidarity.

## Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio e financiamento parcial desta pesquisa, recebido pela diretoria executiva do Calgary West Soccer Club CWSC, entidade esportiva canadense, sem fins lucrativos, na pessoa de Mary Liao (Calgary, Canada).

## Referências

1. Lara FF. Responsabilidade social corporativa no futebol do Brasil: estudos de caso com as equipes do campeonato brasileiro serie a. Podium [Internet]. 2014 [citado 18 jul 2019]3(2). Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/49>.
2. Pereira R, Osborne R, Pereira A, Cabral SI. A importância do desporto de alto rendimento na inclusão social dos cegos: um estudo centrado no Instituto Benjamin Constant – Brasil. Motricidade. 2013;9(2):95-106. doi: 10.6063/motricidade.9(2).2671

3. Casaus JC. The Barça foundation: sport in the service of social development. *UN Chronicle*. 2016;13(53):44-6. doi: 10.18356/8f4fb223-en.
4. Garcia R. No labirinto do Desporto: horizontes culturais contemporâneos. Belo Horizonte: Casa da Educação Física; 2015.
5. Marivoet S. Inclusão social no e pelo Desporto: um desafio do Século XXI. In: Pinto PM, coordenador. *Olimpico: os jogos num percurso de valores e de significados*. Porto: Edições Afrontamento; 2012. p. 89-96.
6. Marivoet S. Challenge of sport towards social inclusion and awareness-raising against any discrimination. *Phys Cult Sport Stud Res*. 2014;63(1):3-11. doi: 10.2478/pcsr-2014-0017.
7. Mendes PC, Dias G, Morais F. A(s) ciências do Desporto e o corpo: entre as ciências naturais e as ciências sociais. *Exedra*. 2009;1(1),91-100.
8. Silva AAC, et al. Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeiras de rodas. *Rev Bras Educ Fís Esporte*. 2013;27(4):679-87. doi: 10.1590/S1807-55092013000400015
9. Costa AS. Desporto e política: dois fenômenos estruturalmente idênticos. In: Bento J, Constantino JM, editores. *O desporto e o Estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento; 2009. p. 327-45.
10. Bento J, Constantino JM. *O desporto e o Estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento; 2009.
11. *Comunidades Europeias. Livro branco sobre o Desporto*. Bruxelas: Comunidades Europeias; 2007.
12. European Commission. *Studies on education and sport: port and multiculturalism (LOT 3) Final Report [Internet]*; 2004 [citado 18 jul 2019]. Disponível em: <http://www.iscaweb.org/files/Sport%20and%20Multiculturalism%20EU%202004.pdf>
13. European Union Agency for Fundamental Rights. *Racism, ethnic discrimination and exclusion of migrants and minorities in sport: a comparative overview of the situation in the European Union [Internet]*. 2010 [citado 18 jul 2019]. Disponível em: [http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/Report-racism-sport\\_EN.pdf](http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/Report-racism-sport_EN.pdf)
14. Silva FB, Jaccoud L, Beghin N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: Jaccoud L, organizador. *Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: Ipea; 2005.
15. Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União [Internet]. 5 out 1988 [citado 18 jul 2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
16. Oliveira IM. Política social, assistência social e cidadania: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. 2003;1(2).
17. Brasil. Ministério do Esporte. Resolução no. 5, de 14 de junho de 2005: aprova a Política Nacional do Esporte. Diário Oficial da União [Internet]. 16 ago 2005 [citado 18 jul 2019];1:128. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4018602.pdf>
18. Azevedo MAO, Gomes Filho A. Competitividade e inclusão social por meio do esporte. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2011;33(3):589-603.
19. Ramos R, Isayama HF. Lazer e esporte: olhar dos professores de disciplinas esportivas do curso de educação física. *Rev Bras Educ Fís Esporte*. 2009;23(4):379-91.
20. Silva SM, Knuth AG, Del Duca GF, et al. Prevalência e fatores associados à prática de esportes individuais e coletivos em adolescentes pertencentes a uma coorte de nascimentos. *Rev Bras Educ Fís Esporte*. 2009;23(3):263-74.
21. Souto MCD, Lima MG, Silva VE, Henrique J. Integrando a Educação Física ao projeto político pedagógico: perspectiva para uma educação inclusiva. *Motriz: Rev Educ Fis [Internet]*. 2010 [citado 18 jul 2019];16(3):762-75. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1980-65742010000300025&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742010000300025&lng=en).
22. Silva DS, Borges CNE, Amaral SCF. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. *Rev Bras Educ Fís Esporte*. 2015;29(1):65-79.
23. Engelman S, Oliveira AAB. Gestão pública em rede: o caso do programa segundo tempo – Ministério dos Esportes. *Rev Educ Fis/UEM*. 2012; 23(4):543-52. doi: 10.4025/reveducfis.v23i4.13379.
24. Tani G, Basso L, Corrêa UC. O ensino do esporte para crianças e jovens: considerações sobre uma fase do processo de desenvolvimento motor esquecida. *Rev Bras Educ Fís Esporte*. 2012;26(2):339-50.
25. Lazzarotti Filho A, Silva AM, Nascimento JV, Mascarenhas F. Modus operandi da produção científica da Educação Física: uma análise das revistas e suas veiculações. *Rev Educ Fis/UEM*. 2012;23(1):1-14. doi: 10.4025/reveducfis.v23i1.12551
26. Verdor C, Schut P-O. Sport and social inclusion: the political position vs. Practices. *Euro J Sport Soc*. 2012;9(3):203-27.
27. Fonseca A, Dias C, Corte-Real N. Da participação ao abandono da prática desportiva. *Rev Port Cien Desp*. 2010;10(2):96-114.
28. Levoratti A. La educación física en políticas socio-educativas destinadas a los jóvenes. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2010;32(1):109-25. doi: 10.1590/S0101-32892010000400008.
29. Hirama LK, Montagner PC. Algo além de tirar da rua: o ensino do esporte em projeto socioeducativo. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2011;34(1):149-64.

30. Falconer AP. A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de Gestão [dissertação]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 1999.
31. Maia LMS. A importância das fundações privadas para a efetivação dos direitos fundamentais: um estudo das entidades de Feira de Santana. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos; 2012.
32. Junqueira LAP. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. Saúde Soc [Internet]. 2004 [citado 18 jul 2019];13(1):25-36. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/04.pdf).
33. Souza DL, Castro SBE, Vialich AL. Barreiras e facilitadores para a participação de crianças e adolescentes em um projeto socioesportivo. Rev Bras Ciênc Esporte. 2012;34 (3):761-74.
34. Silva CAE, Terra BRC, Votre SJ. O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer no desenvolvimento local. Rev Bras Ciênc Esporte. 2006;28(1):167-83.
35. Stake RE. Case studies. In: Denzin N, Lincoln Y, editors. Handbook of qualitative research. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage; 2000. p. 435-54.
36. Stake RE. A arte da investigação com estudos de caso. 2nd ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2009.
37. Ribeiro JS. Métodos e técnicas de investigação em antropologia. Lisboa: Universidade Aberta; 2003.
38. Tedlock B. Ethnography and ethnographic representation. In: Denzin N, Lincoln Y, editors. The handbook of qualitative research. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage; 2000. p. 455-86.
39. Raupp L, Milnitsky-Sapiro C. Reflexões sobre concepções e práticas contemporâneas das políticas públicas para adolescentes: o caso da drogadição. Saúde Soc [Internet]. 2005 [citado 18 jul 2019];14(2):60-8. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/07.pdf).
40. Brasil. Ministério do Esporte. Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social. 2a ed. Brasília: Ministério do Esporte; 2010.
41. Fetterman DM. Finding your way through the forest: analysis. In: Fetterman DM. Ethnography: step by step. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage; 1998. p. 88-103.
42. Fetterman DM. Recording the miracle. In: Fetterman DM. Ethnography: step by step. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage; 1998. p. 104-119.
43. Rossi Junior R. Desporto e inclusão social. Estudo da Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS), Feira de Santana, Bahia – Brasil [tese]. Vila Real (VR): Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; 2016.
44. Green BC. Sport as an agent for social and personal change. In: Girginov V, editor. Management of Sports Development. London: Butterworth-Heinemann; 2008. p. 130-45.
45. Perkins DE, Noam GG. Characteristics of sport-based youth development programs. New Dir Youth Dev. 2007; (115):75-84. doi: 10.1002/yd.224.
46. Tubino MJG. Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem; 2010.
47. Waring A, Mason C. Opening doors: promoting social inclusion through increased sport opportunities. Sport Soc. 2010;13(3):517-29. doi: 10.1080/17430431003588192.
48. Whitney B. Social inclusion in schools: improving outcomes, raising standards. London: Routledge; 2007.
49. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2008.
50. Oliveira E, Ens RT, Freire Andrade DBS, Mussis CR. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. Rev Diálogo Educ. 2003;4(9):11-27.
51. Timpka T, Finch CE, Goulet C, Noakes T. Meeting the Global Demand of Sports Safety. Sports Med [Internet]. 2008 [citado 18 jul 2019];38(10):795-805. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18803433>.
52. United Nations. Sport and the Millennium Development Goals. International Year of Sport and Physical Education [Internet]. 2005 [citado 18 jul 2019]. Disponível em: [http://www.un.org/sport2005/a\\_year/mill\\_goals.html](http://www.un.org/sport2005/a_year/mill_goals.html).
53. Kelly L. Social inclusion through sports-based interventions. Crit Soc Policy. 2010;31(1):126-50. doi: 10.1177/0261018310385442.
54. Marivoet S. O desporto como meio de inclusão social nos estabelecimentos prisionais. Horizonte. 2005; 20(119):30-3.
55. Gilling D. Community safety and social policy. Eur J Crim Pol Res [Internet]. 2001 [citado 18 jul 2019];9(4):381-400. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1023%2FA%3A1013195320449#page-1>.
56. Wilson JJ, Rojas N, Haapanen R, Duxbury E, Steiner H. Substance abuse and criminal recidivism: a prospective study of adolescents. Child Psychiatry Hum Dev [Internet]. 2001 [citado 18 jul 2019];31(4):297-312. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11227989>.

57. Machado TC. Avaliação do estado nutricional de escolares de 1ª a 4ª série em Feira de Santana-BA: uma análise para subsidiar políticas de intervenção [dissertação] [Internet]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2008 [citado 18 jul 2019]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-03092008-162619/pt-br.php>.
58. Ridge T. Children poverty: a barrier to social participation and inclusion. In: Tisdall EK, Davis JM, Hill M, Prout A, editors. Children, young people and social inclusion. Participation for what? Bristol: Polity Press; 2006. p. 23-38. doi: 10.1332/politypress/9781861346629.003.0002
59. Souza DL, Vialich AL, Eiras SB, Mezzadri FM. Determinantes para implementação de um projeto social. Motriz (Rio Claro) [Internet]. 2010;16(3):689-700. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n3p689>.

ENDEREÇO

Renildo Rossi Junior  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
R. Alameda dos Jasmins, 88, apto 1.003 –Candeal  
40296-200 – Salvador – BA – BRASIL  
e-mails: rrjunior@tjba.jus.br;  
renildorossijr@gmail.com

Recebido para publicação: 04/08/2015

1a. revisão: 22/12/2016

2a. revisão: 15/01/2018

3a. revisão: 30/03/2018

Aceito: 23/11/2018

---